



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai

Gabriel Tamancoldi Couto e Jaqueline Rossalis

No último boletim Termômetro Tributário do CEPER-FUNDACE, foram apresentadas e discutidas as arrecadações dos principais impostos federais de maio de 2015. Em nível nacional, o total arrecadado havia sido da ordem de R\$ 57,699 bilhões, montante 3,2% inferior ao arrecadado no mesmo mês de 2014. No estado de São Paulo, o total de impostos federais arrecadados em maio de 2015 atingiu a cifra de R\$ 23,682 bilhões, valor este 2,1% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. Na região de Ribeirão Preto, por sua vez, o valor mensurado foi de, aproximadamente, R\$ 257,934 milhões, representando queda de 7,1% frente ao observado no mesmo mês de 2014 e o município de Ribeirão Preto, por fim, também registrou queda de 2,4% na arrecadação total, atingindo a cifra de R\$ 135,817 milhões.

No Brasil, a arrecadação acumulada entre janeiro e maio de 2015 chegou a R\$ 340,724 bilhões, montante 1,0% inferior

ao registrado nos cinco primeiros meses de 2014. No estado de São Paulo, a exemplo do cenário nacional, registrou-se queda na arrecadação: o total observado entre janeiro e maio de 2015 foi da ordem de R\$ 140,552 bilhões, valor 3,2% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior. A região de Ribeirão Preto registrou queda de 7,3% no acumulado entre janeiro e maio de 2015 e o município de Ribeirão Preto também registrou valores 5,2% menores ao observado no mesmo período do ano anterior, sendo possível observar, em particular, a queda de 11,4% na arrecadação do IRPJ.

Nesta edição do Termômetro Tributário é apresentada uma análise dos dados de arrecadação dos principais impostos federais referente ao mês de junho de 2015 comparando-os com os dados referentes ao mesmo mês de 2014, conforme pode ser visto na tabela 1, apresentada em sequência.

Tabela 1: Arrecadação de impostos federais - grupos selecionados e total geral – Brasil, estado de São Paulo, municípios da região de Ribeirão Preto e município-sede - junho - em R\$ mil

	Brasil			Estado de São Paulo			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2014	2015	Var %	2014	2015	Var %	2014	2015	Var %	2014	2015	Var %
IPI	4.134.402	3.679.877	-11,0%	1.776.994	1.557.182	-12,4%	12.344	14.062	13,9%	3.850	3.407	-11,5%
PIS/PASEP	4.434.069	4.180.950	-5,7%	1.667.191	1.503.304	-9,8%	18.595	16.448	-11,5%	9.779	8.886	-9,1%
IRRF	14.659.650	16.969.804	15,8%	6.593.426	8.281.413	25,6%	34.490	30.813	-10,7%	15.887	15.205	-4,3%
CSLL	4.121.710	3.182.882	-22,8%	1.632.179	1.331.371	-18,4%	17.111	13.988	-18,2%	7.415	7.070	-4,7%
IRPJ	7.396.914	5.729.889	-22,5%	3.124.046	2.622.419	-16,1%	31.959	28.868	-9,7%	15.264	14.352	-6,0%
COFINS	14.841.731	13.716.940	-7,6%	7.055.375	6.089.882	-13,7%	70.573	59.180	-16,1%	38.097	32.578	-14,5%
TOTAL	62.722.888	62.431.339	-0,5%	26.239.593	26.463.650	0,9%	278.125	253.250	-8,9%	140.736	133.154	-5,4%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de dezembro de 2014



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai

Gabriel Tamancoldi Couto e Jaqueline Rossalis

Visando aprofundar a análise, a tabela 2 apresenta a arrecadação acumulada nos seis primeiros meses de 2015 e a compara com a arrecadação acumulada durante o mesmo período de 2014. Ao longo desses seis meses, a arrecadação no Brasil atingiu a cifra de R\$ 403,155 bilhões, montante este que representa uma queda de 0,9% frente às cifras registradas no mesmo período de 2014. A maioria das rubricas sofreu queda, nas seguintes proporções: o IRPJ, com queda de 9,8%, a CSLL, com queda de 7,8%, o IPI, com queda de 6,7%, a COFINS, com queda de 4,0% e o PIS/PASEP, com queda de 3,1%. O IRRF, em direção oposta, apontou crescimento de 8,3%.

No estado de São Paulo, a exemplo do cenário nacional, registrou-se queda na arrecadação: o total observado entre janeiro e junho de 2015 foi da ordem de R\$ 167,016 bilhões, valor 2,6% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior. Enquanto o IRRF registrou elevação de 14,3%, todas as demais rubricas apresentaram quedas, sendo possível observar, em especial, a queda de 15,7% na arrecadação do IRPJ.

Na totalidade dos municípios da região de Ribeirão Preto, a arrecadação total acumulada ao longo dos seis primeiros meses de 2015 atingiu R\$ 1,797 bilhões, valor 7,5% inferior ao acumulado nos seis primeiros meses de 2014. O IRPJ expressou significativa queda de 15,6% em sua arrecadação, seguido da CSLL, COFINS, PIS/PASEP e IRRF, com decréscimos de 13,7%, 10,8%, 9,0% e 3,0%, respectivamente. Já o IPI, por outro lado, apresentou crescimento de 1,6%.

No município de Ribeirão Preto, o total de R\$ 945,079 milhões representa redução de 5,2% na arrecadação acumulada entre janeiro e junho de 2015 frente à arrecadação de R\$ 997,437 milhões acumulada entre janeiro e junho de 2014. Assim como na região, o IRPJ também registrou queda, de 11,0%, seguido pela COFINS, CSLL, IPI, PIS/PASEP e IRRF que apresentaram quedas de 10,4%, 9,6%, 8,7%, 8,6% e 0,2%, nesta ordem. Nenhuma das rubricas analisadas apresentou variação positiva.

Diante da queda generalizada de arrecadação de impostos federais observada ao longo do primeiro semestre de 2015, confirma-se cenário econômico de continuidade do enfraquecimento da atividade econômica. A queda de arrecadação do IPI, por exemplo, está alinhada com informações recentemente divulgada pelo IBGE, segundo as quais a produção industrial do país sofreu queda de 3,2% em junho de 2015 comparativamente ao mesmo mês de 2014, e no acumulado em doze meses, a queda é ainda maior, de 5,0%. Ainda segundo o IBGE, as principais quedas da produção industrial ocorreram no setor produtor de bens de capital (queda de 17,2% na comparação entre junho de 2015 e junho de 2014 e queda de 15,4% no acumulado em doze meses) e no setor produtor de bens duráveis de consumo (queda de 12,3% no acumulado em doze meses). De todo modo, a queda da arrecadação que tem sido observada ao longo deste ano gera dificuldades significativas para a realização do ajuste fiscal almejado pelo governo federal, justificando boa parte da decisão recente de diminuição da meta de superávit fiscal.